

CONSERVADORISMO E SERVIÇO SOCIAL: ALGUMAS NOTAS

CONSERVATISM AND SOCIAL WORK: SOME NOTES

CONSERVADURISMO Y TRABAJO SOCIAL: ALGUNAS NOTAS

Milena Gomes Medeiros¹

Resumo

O artigo aborda alguns aspectos históricos e teóricos do conservadorismo e suas implicações para o Serviço Social. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, utilizou-se uma revisão bibliográfica. Conclui-se que os traços presentes no âmbito do Serviço Social têm se expressado mediante uma formação aligeirada, flexível e mercantilizada. Uma atuação tecnicista no mercado de trabalho, além de uma produção fragmentada e relativizada, ainda que permeada de resistência e crítica.

Palavras-chave: Capitalismo. Conservadorismo. Serviço Social.

Abstract

The article discusses some historical and theoretical aspects of conservatism and its implications for Social Work. From the point of view of methodological procedures, a bibliographic review was used. It is concluded that the features present in the scope of Social Work have been expressed through a light, flexible and commercialized formation. A technician performance in the labor market, in addition to a fragmented and relativized production, albeit permeated with resistance and criticism.

Keywords: Capitalism. Conservatism. Social Work.

Resumen

El artículo trata algunos aspectos históricos y teóricos del conservadurismo y sus implicaciones para el Trabajo Social. En cuanto a los procedimientos metodológicos, se realizó una revisión bibliográfica. Se concluye que los rasgos presentes en el ámbito del Trabajo Social se han expresado en una formación ligera, flexible y mercantilizada. Una actuación tecnicista en el mercado de trabajo, además de una producción fragmentada y relativizada, aunque permeada de resistencia y crítica.

Palabras-clave: Capitalismo. Conservadurismo. Trabajo Social.

1 Pressupostos introdutórios

Os pressupostos que orientam a nossa perspectiva de trabalho² se apoiam nas diretrizes curriculares estabelecidas para os cursos de Serviço Social da ABEPSS/2002, que enfatizam que a formação e o exercício organizativo dos cursos em Serviço Social devem seguir alguns parâmetros. Esses parâmetros — indispensáveis para a construção de uma formação profissional de qualidade, laica, presencial, democrática e socialmente referenciada —, indicam que devem ser levados em consideração: um rigoroso trato teórico, histórico e

¹ Mestre e Doutora em Serviço Social. E-mail: milenagmedeiros@yahoo.com.br.

² Além das diretrizes curriculares/ABEPSS/2002; o Código de Ética de 1993; a lei que regulamenta a profissão e as normativas e resoluções do conjunto CFESS/CRESS que orientam o exercício profissional.

metodológico da realidade social e do Serviço Social; o estabelecimento das dimensões investigativas e interpretativas como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação entre teoria e realidade; a presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; o exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento da vida acadêmica e profissional; o respeito à ética profissional e a (in)dissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

De modo que a formação profissional necessita coadunar com um perfil que viabilize atuar nas expressões da questão social, formulando e implantando propostas criativas e propositivas de intervenção para seu enfrentamento, no conjunto das relações sociais e do mercado de trabalho.

Assim, a formação pressupõe uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito para o exercício das atividades técnico-operativas, a compreensão do significado social da profissão e seu desenvolvimento socio-histórico, desvelando as possibilidades de ação e identificando as demandas e as respostas para o enfrentamento da questão social.

Aliado a isto, deve-se considerar o reconhecimento do Serviço Social como área de produção de conhecimento que, em parte de suas análises, tem se colocado na contracorrente do desmonte da conjuntura atual de contrarreforma da educação e dos direitos sociais e trabalhistas. Resiste, em suas produções no campo do conhecimento crítico, ao desvendar e refletir sobre a sociedade burguesa brasileira, além da inserção do serviço social na dinâmica societária, nas tendências e expressões da questão social, do trabalho, e das políticas sociais. Cabe considerar, entretanto, que não há uma homogeneidade no campo das produções críticas pois, no debate das ideias, o confronto vem se expressando mediante produções diversas, seja no que concerne à tradição marxista, seja na direção conservadora e pós-moderna (expressa no irracionalismo, na epistemologia e nas concepções doutrinário-religiosas), que tem se expressado como contratendência à teoria social crítica.

Entender que um dos avanços no campo profissional foi compreender o Serviço Social como profissão e área de conhecimento, requer pensar a qualidade e a direção do exercício e das produções teóricas que — articuladas às dimensões investigativas, interventivas e éticas com direção na teoria crítica —, viabiliza a materialização do nosso projeto ético-político, construído há 40 anos, ainda que com avanços e recuos, próprio da dinâmica societária e das ações dos sujeitos históricos, o que constitui motivo para se ampliar as lutas e fortalecer as conquistas já alcançadas.

Há que ressaltar que as pesquisas no campo das áreas sociais e humanas vêm sofrendo ataques de forma desleal, ao deslegitimar-se a sua função e contribuição social no campo do conhecimento e das práticas sociais. Assim, as áreas de produção de tecnologia e inovação vêm sendo propugnadas como as verdadeiras áreas de produção de conhecimento, motivo pelo qual merecem algum financiamento do Estado.

Nesta dinâmica de desmonte, ou empreendemos uma dura e longa estratégia de resistência para insistir no cumprimento dos preceitos constitucionais da efetivação do papel das universidades no desvendamento crítico da realidade, ou se aceitará o desmonte, mediante, por exemplo, a adesão ao *future-se*. As manifestações irracionistas, negacionistas, antissecularistas e as cruzadas contra a laicidade da educação e da ciência fazem com que o tempo histórico exija muito de suas universidades públicas. Por tudo isso, o debate sobre o porvir da universidade não pode ignorar as forças que operam na sua refuncionalização.

O debate contemporâneo no Serviço Social deve ser pensando tendo em vista as transformações na sociedade capitalista, que incidem diretamente no campo da formação, no exercício, nas condições de operacionalização da supervisão de estágio, na forma de mobilização e organização da categoria profissional e no seu perfil profissional, que podem inviabilizar o nosso projeto ético-político na direção da crítica marxista.

2 Elementos da Ascensão e Reconfiguração do Conservadorismo e suas implicações para o Serviço Social

Entre alguns rebatimentos — que devem ser pensados e articulados à dinâmica societária mundial —, a ascensão do conservadorismo na sociedade brasileira e no Serviço Social tem se expressado como uma ofensiva moral conservadora (expressão político-ideológica) com grande força política e se estabelece como momento predominante. Identifica-se, pois, uma forte resistência às mudanças que venham a ameaçar as instituições, as tradições e a ordem, de modo a considerar a desigualdade como fenômeno natural e necessário. Passa a disseminar propostas com forte cariz de retrocesso — reproduzindo preconceitos e discriminações, impregnados do senso comum —, que vêm sendo facilmente incorporadas e naturalizadas pelos sujeitos sociais menos atentos. Esse conservadorismo é um fenômeno heterogêneo que não consiste na tentativa de manter o que está aí, mas um conservadorismo de direita, do ponto de vista político, moral e econômico.

Essa diferença é crucial para entender as marcas históricas, os valores e a função que o conservadorismo passa a desempenhar na atualidade. De modo que pensar a origem do conservadorismo significa elucidar sua fomentação como pensamento cultural, historicamente

posto pelas condições da moderna sociedade burguesa capitalista. Entre outros teóricos, E. Burke³ expressa a sua filosofia política enquanto reação aos preceitos iluministas da Revolução Francesa e seus ideais; traz a necessidade de se manterem os valores institucionais da família, das corporações e da Igreja, já que, para ele, a tradição, o organicismo e o ceticismo são bases fundamentais para pensar essa nova sociedade, ainda quando ela deva se desenvolver economicamente. Considera que a base desse desenvolvimento deve seguir uma lógica de reformas moderadas, pois é necessário reformar para conservar.

Para Burke, o excesso de soberania individual — enquanto pauta liberal e ainda que positiva —, não pode se concretizar sem uma sólida base nos costumes, tradição e valores de pertencimento, união, ajuda mútua, que promoverá as devidas mudanças para uma verdadeira ordem política, impedindo abusos ou anarquia. Somente quando as pessoas tiverem o conhecimento social necessário, poderão compreender essas mudanças e obedecê-las; assim, em uma comunidade de obrigações não contratuais, a sociedade terá estabilidade e ordem moral e tornar-se-á possível um governo secular. Para ele, a sociedade é sábia em relação ao tempo e espaço, e o indivíduo é tolo ao desconsiderar as contribuições e experiências das gerações passadas, dada sua sabedoria histórica.

O pensamento conservador também se expressou na arte (Coleridge, Ruskin, Eliot, entre outros), música, literatura (Rilke, Strauss), ciência e religião pois, enquanto filosofia política, é decorrente do desenrolar de três grandes revoluções: a Gloriosa (1688), a Americana (termina em 1783) e a Revolução Francesa (1789). O conservadorismo é fruto da recusa às ações e pensamentos que negavam a ideia de pertencimento social, parentesco e os ritos de fé. De modo que surge como tentativa de manter os valores de parentesco e religião em comunidades que estavam sendo reorganizadas por leis políticas. Assim, a defesa dos conservadores girava em torno da propriedade privada, do respeito às tradições, do organicismo da sociedade, da sabedoria, do ceticismo político; buscava reformas lentas, a pluralidade de religiões, entre outras.

Nas primeiras décadas do século XIX, os pensadores conservadores já não consideravam o liberalismo e a soberania popular como alvo de críticas, ainda que concordassem com a necessidade de limites para se manter a estabilidade e a ordem. As preocupações passaram a se situar em torno do efeito desumanizador causado pela revolução industrial, mediante a perda das raízes religiosas no modo de vida, juntamente com a repulsa às novas formas das ideias progressistas, que pareciam tratar todas as questões morais e legais

³ Conferir em: BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França** [1970]. São Paulo: Edipro, 2014.

como enigmas a serem solucionados por cálculos matemáticos (Comte, Spence, com o positivismo), criando a sensação de que algo estava em risco.

Assim, surge um movimento intelectual, no interior do conservadorismo, que propunha a cultura como remédio para a solidão da sociedade industrial, a exemplo de Coleridge, John Ruskin e Matthew Arnold, até chegar a T. S. Eliot e F. R. Leavis na Inglaterra do século XX e a seus contemporâneos agrários nos Estados Unidos. Para Coleridge, os valores humanos não podem ser compreendidos pelo cálculo que mede nossas ações em termos de prazer e de dor; não se podem ignorar as relações instintivas entre as pessoas que favorecem os laços da sociedade. Ele tentou reconciliar as demandas da ordem política e da constituição (leis), com as necessidades instintivas, a través das instituições religiosas. Assim, a cultura seria uma mediadora entre a lei e o sentimento social. Tinha uma concepção ligeiramente medieval da Igreja. John Ruskin, por sua vez, apresentou uma visão confiante na herança católica e seu valor insubstituível; fez descrições do significado espiritual. Via na arte do passado uma integridade espiritual e uma coesão social que estavam desaparecendo no capitalismo. Era antiutilitarista e anticapitalista; distanciava-se do socialismo. Escreveu críticas sobre os valores igualitários e materialistas. A classe trabalhadora precisava, para ele, *mais deveres do que de direitos*⁴.

O poeta Matthew Arnold não se iludiu acreditando na fé, a partir da qual a cultura deveria ser restaurada. Para ele, as pessoas deveriam encontrar com seus próprios recursos, a partir do amor-próprio, uma maneira de manter a ordem interna, da qual a estabilidade externa depende, tenhamos ou não uma fé. A cultura como busca por perfeição, conhecimento, pensamento novo e livre, era essencial para ele. O acesso à cultura seria para dirigir o poder político a entender os fins da conduta humana, para não se tornar uma obsessão mecânica na busca dos meios. Fez críticas às visões materialistas, racionalistas, e individualistas do progresso. A liberdade para ele era um conceito abstrato. O Estado enquanto poder atuante deve agir, tanto em nome da liberdade como da ordem. Sem ele, a vida pública é desviada na direção dos interesses de outra classe. A ordem social depende do caráter, que deve ser a preocupação das escolas. Assim, a educação restauraria o melhor do que já foi dito na arte, literatura e estudos acadêmicos. Seguindo as ideias de Burke sobre as restrições em relação ao individualismo, enfatiza a continuidade social da tradição, pois a crença mecânica no progresso material e nos valores utilitaristas da nova geração de reformadores sociais era alvo de suas preocupações.

⁴ Essa lógica será tratada, posteriormente, por Hayek (1944), no livro *O caminho da servidão*.

De modo geral, o conservadorismo cultural se origina na experiência de um modo de vida que estava ameaçado a desaparecer, buscando preservar seu significado espiritual — reverenciado nas obras de arte —, mesmo que o modo de vida não pudesse ser facilmente protegido, pois deveria apelar para o subsídio do Estado. Temas como nacionalismo, identidade de um povo, a cultura que une pela linguagem, costumes, modo agrário de conservar a ordem política, religião popular, contos folclóricos e o ideal clássico grego foram bastante enfatizados.

No final do século XIX, o conservadorismo inicia suas críticas à ascensão do sistema de governo burocrático (União Soviética), considerado como tirania, tornando-se defensor da liberdade. Se lembrarmos, o liberalismo clássico de Locke e Smith, para citar os mais representativos, defendia a soberania individual contra o poder do Estado, além de um governo limitado, propriedade privada, economia de mercado e livre associação. Essa ideia tinha o apoio dos conservadores, desde que houvesse limites a essa liberdade. A partir do final do século XIX, na batalha contra o socialismo, o liberal e o conservador estão unidos. Hayek⁵ (1899-1993; Escola Austríaca; aluno de Mises/ 1881-1973) deixou claro que não era conservador, por entender que, após a segunda guerra, os governos conservadores aceitaram que a sociedade deveria ser gerenciada pelo Estado e como resultado perpetuaram as ilusões e políticas socialistas. A secularização do conservadorismo tende a deixar a religião, em geral, em uma condição de dúvida em relação a si mesma.

James Burnham, outro representante do conservadorismo, se move na direção do conservadorismo cultural, defendendo o legado moral e religioso; tenta “desmascarar o

⁵ O autor traz em sua obra, *O caminho da servidão* (1944), a explicação do que estava conduzindo os países e a ação dos indivíduos à servidão do totalitarismo da ação do Estado e das ideias e práticas do fascismo, do socialismo e/ou do comunismo. Para isso, tece duras críticas às ideias de *planificação da economia* a partir da intervenção do Estado; além da ideia do que ele chama de *coletivismo*, donde faz referência às práticas dos fascistas, socialistas e comunistas que propagam, para ele, o ideal do coletivo sobre as escolhas racionais e econômicas dos indivíduos. Nelas, esse último tem apenas o poder de escolher o que fazer com seus recursos, com quem comercializar, o que produzir, a depender dos interesses dos seus clientes. Deve-se enfatizar que Hayek foi aluno de Mises da Escola Austríaca. Para ele, a diferença entre fascismo, comunismo e socialismo é parca, pois considera que o que os diferencia é a busca por uma ação mais direta ou indireta do Estado, além do ideal do coletivismo que os une. A crítica vai na direção de que o Estado, ao interferir no livre mercado, passa a determinar e controlar a vida das pessoas, além de escolher quais produtos e relações comerciais serão estabelecidos; delimita, assim, quem ganha e quem perde, além de produzir processos inflacionários. Para ele, a vida dos indivíduos passa a ser decidida e controlada por burocratas que não sabem quais são as verdadeiras escolhas dos indivíduos, o que, em longo prazo, desaguará em um totalitarismo e autoritarismo, pois o mercado não pode ser controlado, nem os gastos podem se dar de maneira ampliada. E para dar seguimento às ideias do coletivismo faz-se necessária mudança nos valores éticos e morais, a reconstrução do que é verdade e das linguagens, pois, para que as ideias totalitárias sejam aceitas, é preciso uma reorganização dos valores, que segue as conveniências dos sujeitos no poder. Ainda, para o autor, muitos dos sujeitos que apoiam essa ideia, o fazem por inocência e/ou desconhecimento do que produzirão essas práticas. De modo que se ergue uma sociedade fadada ao fracasso, pois se constrói um caminho no sentido dos direitos e nada de deveres, no controle burocrático, autoritário e totalitário. Mais tarde, nos governos M. Thatcher (Inglaterra) e R. Reagan (Estados Unidos), essas ideias serão colocadas em prática no campo dos planos econômicos, com forte ajuste fiscal, política monetária, câmbio e superávit, reformas e críticas aos sindicatos, que fazem da Thatcher a mão de ferro dos ajustes e reformas para um Estado mínimo no social.

marxismo”, trazendo a ideia de escravidão mental e degradação moral; a ideia do marxismo, para ele, traz consigo fórmulas futuristas e utópicas.

Outros teóricos destacam o comunismo como doença, redescobrimo a fé e a identidade cultural. O ressurgimento, pós-primeira guerra, do catolicismo associado ao movimento de esquerda, é outra tendência; também estão aqueles que defendem a moralidade sem violar a liberdade, a serviço do ensino moral e político, e os que trazem contribuições inspiradas na fenomenologia.

De um modo geral, o conservadorismo moderno, ao defender a tradição contra as reivindicações de soberania popular, o apelo à religião e à alta cultura contra o materialismo do progresso — antes de unir forças com os liberais clássicos contra o socialismo —, tornou-se defensor da civilização contra seus inimigos: “o politicamente correto” e o extremismo religioso pois, para eles, as coisas boas são facilmente destruídas.

Desde a segunda guerra mundial, o conservadorismo inglês permaneceu como força fragmentária na vida intelectual, com pouca conexão com a política e apoio nas universidades. O conservadorismo intelectual americano se afirma mediante a promulgação de suas constituições, que buscam unir os estados — onde o sentimento conservador tem sido mais vigoroso—, a fim de manter costumes e tradições. Tanto liberais como conservadores americanos enfatizam a necessidade de uma sociedade livre do controle do Estado. Para eles, a sociedade depende, para sua riqueza e continuidade, para sobreviver e florescer, de costumes e tradição, a partir de sua dinâmica interna, fora do controle do Estado. Assim, estabelece-se o conservadorismo cultural, o liberalismo econômico e o anticomunismo, expressos no escrito de George H. Nash, que ataca a cultura ateuista nas universidades e o antiamericanismo. Ayn Rand (1905-1982) diz que é mera ilusão acreditar que os mais pobres da humanidade se beneficiaram do socialismo, uma vez que este impede que as pessoas melhorem seus talentos e habilidades; afirma que todos dependem do sucesso dessas pessoas, de seus talentos e habilidades, pois, criam o espaço material e moral.

A mescla entre as posições conservadoras e liberais que surgiu na Inglaterra e nos Estados Unidos nos anos de 1970, é chamada de “nova direita”, ao menos no nível intelectual, como resposta ao movimento da nova esquerda dos anos de 1960. Esse movimento da nova direita foi acompanhado da aliança política entre Reagan e Thatcher, em uma tentativa de reafirmar os valores cívicos, face ao socialismo, e do marxismo, no comando da academia. Defendem, pois, as soluções do mercado para os problemas sociais e políticos. Associada à escola de Chicago e às teorias de escolha pública de autoria de Milton Friedman, faz críticas às ideias de justiça social do Estado de bem-estar, e apresenta o mercado como menos

compassivo que aquilo que chamam de burocracia socialista. Surge uma tendência compensatória no campo das políticas, na tentativa de proteger o que importava para eles. Assumem uma posição em defesa da identidade nacional e tradicional contra o que denominam de multiculturalismo. Entendem que as civilizações não podem ser defendidas, meramente, pela ótica da liberdade e da tolerância, pois isso poderia levar à destruição. Assim, as políticas de tolerância zero, militarização da vida social e as práticas de desmonte das políticas sociais passam a serem guias efetivos dos discursos e das ações dos governos.

No Brasil, pode-se qualificar que o marco dos anos 2000 guarda alguns elementos da ascensão/reconfiguração do conservadorismo, que fica mais nítido e expressivo durante as jornadas de junho de 2013, que desencadearam pautas por meio das redes sociais e fomentaram o Movimento Vem para a Rua e o Movimento Brasil Livre (MBL). Movimentos que passaram a se destacar no contexto da queda da presidente Dilma, da intensificação da crise econômica, da perda da base política da suspensão do governo do PT no congresso nacional, da vinculação aos crimes de corrupção, além das pautas conservadoras que se fizeram presentes no legislativo e na sociedade em geral, frente a temas como: kit e casamento gay, legalização da maconha, redução da maioria penal, comunismo, cotas raciais, programas de transferência de renda e reforma da previdência. O avanço das pautas conservadoras e reacionárias têm representado forte ameaça aos direitos.

Não se pode esquecer dos setores do legislativo que têm empreendido uma árdua batalha em intensificar e centralizar no campo das ideias e das práticas sociais o seu direcionamento conservador. Entre outros, podemos citar: a ala dos militaristas, denominados de bancada da bala, que constitui o grupo que comanda a crítica aos direitos humanos e a volta da ditadura militar; a bancada evangélica que, a partir dos valores sagrados, vem realizando críticas às pautas LGBT, entre outras. Temos ainda os segmentos dos liberais que fazem a defesa do livre mercado e que criticam os programas sociais.

Cabe sinalizar que essa categorização não pode ser pensada de forma rígida, mas constitui uma forma de explicar as expressões práticas e ideias do conservadorismo e reacionarismo no nosso parlamento. O antipetismo e o plano de reforma da economia em defesa do capitalismo, são bases de luta a favor desta última e estilhaço de ódio à primeira.

De um modo geral, de junho de 2013⁶ a 2016, uma escalada conservadora tem se afirmado, ganhando forte espraiamento na defesa do projeto ultraliberal. Passa, pois, a

⁶ As jornadas de junho de 2013 constituíram uma luta de resistência dos estudantes, que em um primeiro momento se expressou no questionamento aos preços das passagens em São Paulo/SP, e que desencadeou, posteriormente, uma reação crítica às posições políticas e econômicas do desmonte do Estado brasileiro. Em uma forte mobilização e organização, se

legitimar um conservadorismo, enquanto posição política de manutenção da ordem econômica, política, institucional e moral. Empreendendo uma luta ao considerar o “politicamente correto” (formas discursivas e práticas políticas para responder às necessidades das minorias sociais), se tornou uma ditadura do discurso e uma preocupação exacerbada em promover oportunidades para segmentos historicamente criminalizados, além das críticas ao sistema “socialista”. Elege, assim, focos de ódio nas suas discussões e determina práticas que devem banidas do debate, além de medidas de exceção e contrarreforma no campo das políticas. No campo da contrarreforma da política educacional, sinaliza-se (como tematizado anteriormente) a ampliação de cursos aligeirados e desqualificados, que se expressam, em seu maior número, na expansão das iniciativas privadas. Este parece ser o fio da meada na continuidade do governo anterior para o atual: privatizar e mercantilizar, ainda mais, a educação superior e reorientar as discussões, as políticas de inserção e permanência dos estudantes, a partir de um viés à direita, como vem acontecendo em muitas universidades e institutos federais onde, desrespeitando um rito histórico, passa-se a nomear reitores mais à direita para auxiliar na execução do um novo projeto na educação superior. Entre eles, o *Future-se*, que busca privatizar, sucatear e destruir toda a base democrática de atenção, ainda que com limites, a jovens pobres, periféricos e trabalhadores que não tinham acesso aos cursos superiores públicos.

No Serviço Social, identificam-se alguns traços, nesta conjuntura: uma formação aligeirada, flexível e mercantilizada. Uma atuação tecnicista no mercado de trabalho, além de uma produção superficial, fragmentada e relativizada. Isso, em um primeiro momento, demonstra os rumos que a formação, a atuação profissional e a produção do conhecimento estão assumindo, ainda que permeados de resistência e crítica. Passa a constituir-se, pois, em um desafio, a hegemonia dos valores que têm legitimado a profissão. Os prejuízos para a formação incluem: precarização das relações de trabalho e das condições do estágio supervisionado, além do risco à hegemonia do projeto ético-político, entre outros.

Dissemina-se, seja no âmbito da academia ou nos espaços de trabalho, a lógica individualista e concorrencial que não oferece um mínimo de estabilidade no trabalho, que passa a ser competitivamente disputado. A corrida pela publicação em revista “Qualis A”, por exemplo, é um foco primordial, ainda que também fonte de resistência; estabelece nas relações acadêmicas, sem observar a qualidade das produções, um indicador dos rebatimentos na formação. Isso piora quando se vê, nestas mesmas produções, um direitismo político e um

percebia que a juventude tinha “acordado” de um longo sono conciliador, advindo das políticas colaboracionistas dos governos do PT.

conservadorismo moral, que se estabelecem nas formas de ecletismo, nas análises teóricas e no cotidiano profissional.

Um dos debates que têm se apresentado no campo da formação e do exercício profissional consiste em apreender a processualidade e os desafios das atuais tendências contemporâneas em relação aos vetores do conservadorismo, que têm se expressado de várias formas — sobretudo pelo sincretismo⁷, pelo pragmatismo e pelo ecletismo teórico —, nos discursos e nas modalidades de intervenção profissional.

No livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, Netto (1992) analisa as determinações que estabelecem a estrutura sincrética do Serviço Social, evidenciando que ela se deve à multiplicidade problemática da questão social e suas refrações, que se apresenta, em si mesma, como um conjunto sincrético. Por conseguinte, as demandas em relação às sequelas da questão social encontram-se vinculadas aos modelos abstratos e às diferentes modalidades técnico-interventivas executadas pelo assistente social. A estrutura sincrética transparece nas análises teóricas que não ultrapassam a aparência, invadidas pelo pragmatismo que constitui a expressão do modo ser e pensar do Serviço Social, incidindo tanto do ponto de vista prático, como teórico e ideopolítico. Assim, é preciso considerar

[...] as expressões do pragmatismo do Serviço Social a partir de dois enfoques que se autoimbricam. O primeiro, no que se refere à natureza da profissão, seu âmbito de intervenção, demandas e respostas profissionais; o segundo, a partir da incorporação de uma determinada racionalidade que se constitui no modo de pensar o real na sua imediaticidade e em uma forma de conceber a relação teoria e prática (GUERRA, 2013, p. 40).

Outro desafio que tem se apresentado, nesta dinâmica, diz respeito à concepção que os profissionais têm em relação à prática, entendida como práxis, pois a confundem com a noção de ação ou exercício. De modo que o sentido de teoria, conseqüentemente, se revestirá de um entendimento que é dado pela ação profissional. Destarte, tem-se um pensamento equivocado sobre a relação teoria e prática, em que a teoria tem que se ajustar à prática.

De um modo particular, pode-se dizer que as novas exigências do capitalismo no século XXI afetam o Serviço Social e a dimensão interventiva — as demandas profissionais, o arsenal técnico operativo e as formas de enfrentamento das expressões da questão social — assim como tornam compatível o trato teórico da questão social a partir de proposições políticas voltadas à erradicação da pobreza e à redução da desigualdade de renda. De maneira

⁷ Netto, em seu texto *O serviço social e a tradição marxista* (1989), faz referências às vertentes culturais e antagônicas em que inserem o pensamento marxista e o Serviço Social, analisando as diferenças entre a questão social e o serviço social. O que requer entender suas mediações no interior do capitalismo.

que o uso indiscriminado da expressão questão social para designar os distintos objetos de intervenção profissional precisa ser apreendido com rigor teórico-metodológico. Muitos conceitos aparecem desvinculados da totalidade histórica, pontuando, apenas, pela caracterização das suas expressões fenomênicas, já que a intervenção abre espaço para práticas pragmáticas e burocráticas, que visam manipular e ordenar a vida social dos grupos sociais à dinâmica institucional.

Outra questão é a tendência de não lançar mão das mediações e não fazer o caminho de volta, sem conseguir aprofundar o conhecimento teórico dos fenômenos que se expressam nas demandas imediatas de intervenção, limitando-se ao saber prático e procedimentos instrumentais. Assim, tem-se a tendência de supervalorizar a prática, (GUERRA, 2013). Corroborando a afirmação de Guerra (2013), o sincretismo e o pragmatismo caracterizam o modo de ser do Serviço Social, que abre espaço para as tendências (neo)conservadoras, tanto em sua dimensão interventiva como intelectual.

Essa discussão torna-se relevante, pois viabiliza a aproximação com o processo de formação acadêmica, que deve estar concatenado com os desafios contemporâneos, constituindo-se em um processo em permanente construção.

Ao se discutir sobre condições/relações de trabalho que se pautam no cotidiano, deve-se articular a materialização do projeto ético-político profissional, pois este permeia o contexto destas relações e estão intrinsecamente relacionados. Projeto este que deve ser concebido como uma referência para a formação e o exercício profissional.

Contudo, deve-se ressaltar que o atual projeto de formação profissional dos/as assistentes sociais não adota como parâmetro apenas as requisições e exigências do mercado de trabalho; está norteado pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social, cujas diretrizes encontram-se expressas no Código de Ética do Assistente Social (1993), na Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social (1996). Assim,

O fortalecimento do projeto ético-político que norteia a formação e o trabalho profissional, comprometido com as necessidades e os direitos sociais dos usuários, exige que se preserve uma formação acadêmica profissional abrangente, densa e consciente. Tal requerimento vai de encontro a cursos aligeirados e imediatistas, tendentes a estabelecer um divórcio entre pensar e o fazer. A defesa do projeto requer lutar contra as investidas que submetem a formação e o exercício profissional aos ditames do mercado, pois tal conjugação compromete o teor crítico indispensável à análise da realidade e formulação de propostas de trabalho autônoma e crítica (BOSCHETTI, 2007, p. 189).

Deste modo, o nosso projeto se contrapõe ao modelo ultraliberal e conservador, pois na sua essência está a defesa da liberdade como valor ético central e que propõe a “construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero” (BRASIL, 1993). É relevante ressaltar que, no cotidiano do exercício profissional, ampliam-se as dificuldades de materialização dos princípios contidos no projeto ético-político do Serviço Social, cujas possibilidades de realização dependem de diversos fatores, tais como:

A qualidade da formação profissional, para o nível de consciência política e de organização da categoria, para o compromisso dos profissionais enquanto cidadãos e para as condições objetivas e subjetivas que incidem sobre o desempenho profissional (PAIVA; SALES, 1996, p. 172).

Cabe referenciar que este projeto não se configura como uma carta de intenções para o exercício profissional, mas “é um processo de construção permanente e cotidiana em defesa de uma perspectiva ética, teórica e política [...]” (SANTOS, 2010, p. 713). Portanto, este projeto requer mediações que se articulem à luta por um projeto societário emancipador, mesmo reconhecendo a sua inserção contraditória na sociedade capitalista. Este projeto configura, ao mesmo tempo, conquista e desafio.

De modo que, a fim de contribuir para o fortalecimento do pensamento crítico no âmbito da profissão, há necessidade de ultrapassar os reducionismos, as influências pragmáticas e o ecletismo que circundam o serviço social. Assim,

[...] A ascensão do conservadorismo reforça a formação aligeirada em Serviço Social e conduz à precarização do trabalho, tendendo a agravar a dicotomia teoria e prática à medida que são restringidos os instrumentos sociopolíticos de embate no exercício profissional, aumentando o abismo entre as condições materiais de atuação e os desígnios constantes no projeto ético-político profissional (ALVES KELLER, 2019, p. 1).

Diante da conjuntura de tantas mudanças regressivas, qual seria a direção em que os assistentes sociais estão se dirigindo, se considerarmos que o projeto ético-político está em disputa. Por um lado, os projetos societários que legitimam um direcionamento à direita conservadora e reacionária; pelo outro, a possibilidade de efetivar uma crítica revolucionária/emancipadora, que pode legitimar uma direção compatível — ou não —, com as atuais diretrizes de uma formação profissional crítica. Há a necessidade de reafirmarmos, mais do que nunca, que o projeto de formação e de sociabilidade que defendemos, se dirige à emancipação humana.

Referências

ALVES KELLER, Suéllen Bezerra. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Humanidades, PUCRS, Porto Alegre, 2019.

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.** Brasília: ABEPSS/MEC, 1999.

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social.** Resolução N° 15, de 13 de março de 2002. Brasília: ABEPSS/MEC, 2002. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf. Acesso em: 9 set. 2011.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. As reformas neoliberais: ensino de graduação a distância e exame de proficiência. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p.181-197, 2007.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

BRASIL. **Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em 9 set. 2011.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução na França** [1970]. São Paulo: Edipro, 2014.

GUERRA, Yolanda. A formação frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 715-736, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400008&lng=en&nrm=iso. Acesso em 9 set. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000400008>

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Revista Katálisis**, Florianópolis, n. esp., v. 16, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000300004>

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEMONS, Denise Vieira da Silva. **Alienação no trabalho docente? O professor no centro da contradição.** 223 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletário no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LEHER, Roberto. Future-se indica a refuncionalização das universidades e institutos federais. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 2 de agosto de 19. Acervo Online/Brasil.

Disponível em: <https://diplomatie.org.br/future-se-indica-a-refuncionalizacao-das-universidades-e-institutos-federais/>.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. *In*: MOTA, Ana Elizabete (org.) **A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J. P. O Serviço Social e a tradição marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 10, n. 30, p. 89-102, maio/ago. 1989.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1992.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. O capitalismo contemporâneo. *In*: NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 1).

NETTO, Leila Escorsim. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

PAIVA, B. A; SALES, M. A. A nova ética profissional: práxis e princípios. *In*: BONETTI, Dilséa *et al.* **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez; CFESS, 1996.

RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão. O serviço social brasileiro: cenários, dilemas e desafios teóricos no debate da questão social. *In*: AMARAL, M.V.; SOUZA, R. **60 anos do Serviço Social**: marcos e marcas históricas da formação profissional. Maceió: EDUFAL, 2013. p. 25-44.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. O CFESS na defesa das condições de trabalho e do projeto ético-político profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 695-714, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000400007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 9 set. 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400007>.

SCRUTON, Roger. **Conservadorismo**: um convite à grande tradição. Tradução de Alessandra Bonruquer. 1.ed. Rio De Janeiro: ABDR, 2019.